Moção Global de Estratégia (A)

Estamos Juntos pelos Açores

Flávio Soares

“Não há nada que pague a sinceridade na acção política, como em tudo.”
- Francisco Sá Carneiro

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A moção global de estratégia é o resultado de um trabalho de auscultação dos militantes e das estruturas da JSD Açores. Para a sua elaboração contribuíram vários companheiros para que fosse possível ter uma visão mais ampla daqueles que são os reais problemas dos jovens e para apresentar as melhores propostas para a juventude açoriana. Neste documento iremos apresentar propostas em áreas como: educação, saúde, emprego e desenvolvimento económico. No entanto, não é intenção abordar todos os temas políticos, centra-se num conjunto de propostas, capazes de acrescentar valor à ação política regional.

A JSD é a maior e a melhor estrutura de juventude partidária nos Açores.

A materialização das nossas propostas na ação política será, por ventura, o maior desafio que esta JSD irá enfrentar durante os próximos dois anos, dando sempre um contributo positivo para reanimar a confiança dos jovens na política nos Açores.

2.JUVENTUDE

A Juventude Social Democrata nos Açores deverá preocupar-se, seriamente, no combate pelos interesses de todos os jovens açorianos e pelas gerações futuras. Falar de e para a juventude, nos dias de hoje, obriga a estar na linha da frente a lutar pelas gerações mais novas. Veja-se a ação da juventude no passado, que revoltada com o regime político da época fez ouvir as suas preocupações, passando a ser motivo de discussão. Hoje há muito a fazer para bem dos jovens e mesmo toda a sociedade tendo consciência disso, não podemos deixar de lado o dever e a responsabilidade de propor medidas para um futuro melhor.

Assim, esta JSD continuará na linha da frente a lutar pelas gerações mais novas. Será voz ativa na defesa pública dos seus interesses.

Assumirá a responsabilidade de organizar propostas que melhorem áreas preponderantes da sociedade. Sem medos, sem pressões, sem influências exteriores. Demonstrar-se-á que a JSD é uma mais-valia na vida da população e que a dedicação, empenho e seriedade serão a alicerce deste mandato.

Cada novo militante deve ser visto como um companheiro e parte integrante da JSD Açores, não como possível adversário. Cada órgão deve assumir as suas responsabilidades e cada militante que ocupe uma determinada posição deve assumir a sua responsabilidade política e estatutária.

3. EMPREGO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Os problemas económicos de uma sociedade insular como a nossa, são a causa de graves problemas sociais. Mais do que qualquer outro problema que atualmente atinge as gerações mais novas, o desemprego é, sem dúvida, um dos casos mais graves, tendo a Região Autónoma dos Açores, adiante designado por RAA, o pior resultado do desemprego jovem do país, e só pode ser combatido através de um crescimento económico sustentável. Este crescimento económico pode passar, entre

outras, pelo empreendedorismo jovem, com verdadeiras propostas de fomento ao empreendedorismo e inovação que devem ser objetos prioritários para o desenvolvimento e para o aumento da competitividade da economia regional.

As políticas públicas devem assentar na facilitação do desenvolvimento empresarial e no apoio de proximidade aos empreendedores.

Deverão ser apoiados projetos de criação de infraestruturas de co-working e de espaços de utilização partilhada, assim como incubadoras no sentido de oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento de empresas de jovens empreendedores.

A JSD Açores deverá defender uma estratégia que passa pela promoção de uma região mais coesa e competitiva, valorizando o potencial de cada uma das ilhas.

Numa região como a nossa, com um forte crescimento no turismo devido à liberalização do espaço aéreo, este terá de ser considerado um setor estratégico para a RAA, atendendo à circunstância de ser um meio gerador de riqueza e uma âncora para o desenvolvimento local. A atratividade da marca "Açores" (pelo menos é o que se pretende que seja) e o forte aumento de fluxos de turistas nas nossas ilhas (apesar dos desequilíbrios entre ilhas) devem ser encarados como um desafio mas, acima de tudo, como uma oportunidade para atrair visitantes e prolongar a sua estadia, permitindo um maior e tão desejado desenvolvimento regional.

A frágil situação económica e financeira que se vive nos Açores contribuiu para a proliferação do desemprego nos diversos estratos sociais da nossa região. Neste sentido, é fundamental que os agentes políticos encontrem soluções para que os jovens possam realizar-se profissionalmente. A falta destas oportunidades, tem levado muitos jovens a irem procurar outras oportunidades fora delas.

Estas saídas da RAA, apesar de naturais num mundo globalizado, são um problema adicional para as ilhas mais pequenas que enfrentam sérios processos de despovoamento e desertificação.

A redução da taxa de desemprego jovem estará sempre dependente da dinamização económica. No entanto, importa apresentar medidas que sejam capazes de abrir novas oportunidades de emprego para os mais jovens. Propomos assim, aumentar a abrangência de medidas que visem à integração de jovens nos setores mais atrativos nas nossas ilhas e até mesmo no sector público, dando oportunidade aos que durante largos anos deram o seu melhor pela nossa região rejuvenescendo um sector que se quer jovem e que acompanhe as novas tecnologias e que possam transmitir os conhecimentos adquiridos.

A solução para o desemprego é, em si própria, uma "pedra filosofal" sobre a qual os diversos responsáveis políticos regionais, nacionais e internacionais se têm debatido. A fórmula não é única para todos e nem é apenas uma fórmula.

É neste quadro, de debate político e económico, que o trabalho de parceria entre os responsáveis políticos deve ser feito com todos: atendendo às dinâmicas muito próprias da nossa região e empregando nesse debate aquilo que de melhor se consegue fazer nos Açores.

Esta realidade não desaparecerá com apenas propostas do partido do governo ou dos partidos da oposição de forma isolada. Exige-se, nos Açores como no país, um conjunto alargado de consensos sob o desemprego e emprego.

A JSD, como sempre fez, deverá estar na linha da frente, na apresentação de propostas (de carácter urgente) para a melhoria dos programas de estágio regionais – uma realidade incontornável do emprego jovem nos Açores - com os seguintes objetivos: criação de mecanismos para a transformação de um trabalho precário em trabalho estável; potenciar os jovens, empresas e a economia regional da verba disponível pelo Fundo Regional de Emprego nestes programas.
as.

4. SAÚDE

Quando os fundadores da autonomia dos Açores formularam o seu "conceito autonómico" daquilo que seria o futuro do governo da região atribuíram várias competências aos órgãos de governo regionais, entre elas, a definição, organização e gestão daquilo que mais tarde se tornou o Serviço Regional de Saúde (SRS).

Esta visão de entrega à região da gestão dos seus próprios recursos de saúde não é desprovida da importância dada ao tema, como pilar fundamental da autonomia. Reconheceu-se que os Açores teriam de ter uma organização do seu serviço de saúde completamente diferente da usada a nível nacional, ou até na Madeira.

A tão afamada "descontinuidade territorial", em matéria de saúde, não é apenas uma condição a que todos os arquipélagos estão sujeitos: ao longo de todos estes anos tem-se tornado em fator de diminuição da equidade de acesso aos cuidados de saúde.

Ao longo dos múltiplos governos socialistas – os operacionalizadores do SRS – nunca foi possível a construção de um SRS, mas de apenas um conjunto de parcelas que se vão interligando.

É urgente a reformulação do Plano Regional de Saúde – a elaborar pelos e com os profissionais de saúde do SRS – num guião para todo o serviço regional, credibilizando o documento e ao mesmo tempo evitando que ele se torne num monte de folhas empoeiradas numa gaveta. Neste documento devem estar vertidos objetivos comuns, que todos os profissionais de saúde assumem como seus.

Ao longo de mais de 20 anos de história o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem permitido uma melhoria – estável e constante – das condições de saúde das populações, fruto de um trabalho assumido por diversas forças políticas.
Nos Açores para além das consequências em saúde, naturais da evolução dos tempos, pouco ou nada se tem encontrado.

Os Açores são a região com maior pevalência de gravidezes na adolescência do país (um pouco acima de 20% em 2013), sendo o campeão invicto deste 1992 das estatísticas nacionais. E este dado, podendo parecer insignificante, tem uma enorme importância, não fosse este um indicador para avaliar – segundo as organizações internacionais – o desenvolvimento de um país.

Os Açores têm as mais altas taxas de prevalência de neoplasias pulmonares, principalmente entre os mais jovens, fruto do desinvestimento no combate ao consumo de tabaco (onde também ganhamos o campeonato nacional).
Os Açores têm das mais altas taxas de consumo de substâncias psicoativas proibidas e ao mesmo tempo das mais fracas respostas a quem procura ajuda para eliminar a dependência física da substância.

Nos Açores, ser mãe e pai numa ilha sem cuidados de saúde secundários, é uma aventura que só próprios podem descrever.

Ao mesmo tempo que tudo isto acontece, os sucessivos responsáveis da saúde regional têm afirmado que tudo está bem. Alguns até atribuíram estes resultados a fatores socioeconómicos, recusando-se a lutar contra eles.

Nos Açores, apesar de existirem centros de saúde em todos os concelhos, apenas existem hospitais, ou seja, cuidados de saúde secundários e terciários, em Ponta Delgada (Hospital do Divino Espírito Santo), na Terceira (Hospital de Santo Espírito) e no Faial (Hospital da Horta). Urge, portanto, transformar as diferentes parcelas do SRS num verdadeiro serviço único e isto pode ser feito com um aumento das verbas para a transferência de doentes, para o acompanhamento infantil e materno, com especial prioridade às ilhas sem acompanhamento especializado, com o aumento de verbas para o combate – integrado – dos comportamentos de risco na adolescência e uma unificação dos sistemas informáticos hospitalares e dos centros de saúde, permitindo uma eficaz, rápida e articulada organização das diferentes unidades.

Na prática, centrou-se nestas unidades hospitalares todos os cuidados – que não os primários – para servir seis ilhas.

Mas nem sempre foi assim.
Chegou a existir momentos em que os cuidados de saúde secundários e terciários se deslocavam eles próprios às seis ilhas que deles, em permanência, não usufruíam.
Esta é, hoje em dia, uma realidade quase do passado pois as verbas para a deslocação de médicos especialistas caíram para valores vergonhosos, por única e exclusiva responsabilidade de uma birra do Governo Regional dos Açores.

Mas o que representam os cuidados de saúde secundários e terciários?
Representam em alguns casos, quando a prevenção primária não consegue fazer mais nada, a oportunidade de cura completa, ou com as menos sequelas, de uma condição de doença.

Por motivos meramente economicistas, existe hoje em dia Açorianos privados de cuidados de saúde de qualidade.

Mas apesar de a situação que maior preocupação desperta serem os cuidados de saúde secundários e terciários, a componente de prevenção primária – encarnada pelas Unidades de Saúde de Ilha – não se encontra em melhores condições.

Fruto, possivelmente do isolamento ou das dinâmicas próprias das seis ilhas identificadas atrás, poucos são os especialistas em Medicina Geral e Familiar que pretendem exercer nestas ilhas. pretendem exercer nestas ilhas. Isto criou um mercado – resultado da necessidade – muito próprio nos Açores de elevada "rotatividade" dos especialistas médicos que servem em centros de saúde fora das ilhas de São Miguel, Terceira ou Faial.

Um Açoriano, doente ou não, pode não conseguir encontrar – em dois momentos separados por pouco tempo – no seu centro de saúde o mesmo médico.

Ora, esta realidade tem desvirtualizado os objetivos de base da especialidade médica de Medicina Geral e Familiar. O mesmo se passa nos Centros de Saúde de São Miguel, Terceira e Faial, apesar de numa escala mais "controlada" pela sua própria dimensão.

São também nos Centros de Saúde que os profissionais mais sentem as dificuldades financeiras pelas quais passa o SRS: quando as ordens para gastar o menos possível são impostas; quando as verbas para deslocação de doente são reduzidas ao essencial ou quando uma grávida realiza a primeira ecografia perto ou já no segundo trimestre de gravidez;

Tudo isto tem criado, nos profissionais e nos Açorianos um sentimento de desconfiança a quem controla este seu – de todos – SRS.

Para os jovens, estatisticamente uma população mais saudável (ou seja, com menos episódios de doença), os cuidados de saúde primários assumem uma importância reforçada.

Os acompanhamentos de saúde infantil e pediatria, o diagnóstico precoce de diversas patologias, o acompanhamento personalizado – como só o conhecimento pessoal pode trazer- a proximidade do cuidado são mecanismos de promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e a prevenção da doença que seria a solução para muitos dos problemas regionais.

Não basta colocar médicos nos centros de saúde, é necessário que os próprios responsáveis políticos acreditem na força que os cuidados de saúde primários têm para a promoção da saúde na região.

A desburocratização e desmaterialização do trabalho dos profissionais de saúde, permitindo que estes se dediquem, ao máximo, à prestação direta de cuidados de saúde é uma necessidade urgente.

Continuam a existir números que deveriam envergonhar os responsáveis da saúde socialistas açorianos.

Urge uma promoção, nas escolas, de hábitos e estilos de vida saudáveis. A materialização deste objetivo, obriga (ou não) ao aumento das verbas para os responsáveis da saúde escolar nos centros de saúde, bem como uma reflexão profunda sobre a forma como queremos que ela se organize. A interligação com a Direção Regional da Educação e com as comunidades escolares assume-se como um objetivo de máxima urgência.

5. EDUCAÇÃO

A educação é o pilar de qualquer sociedade. É um processo contínuo, de formação e de desenvolvimento, a que todos devem ter acesso, sem qualquer restrição.

A escola é, por norma, o primeiro lugar onde se potencia o contacto com o associativismo e é deste contacto que se desenvolve o conceito de participação cívica, cidadania e responsabilidade social.

O associativismo, ao longo da vida, com especial enfoque para o associativismo jovem, conduz os indivíduos para uma cidadania ativa e responsável e é por esta razão que uma maior divulgação sobre a constituição de associações juvenis ou de estudantes, bem como, dos apoios existentes, é cada vez mais preponderante.

A competitividade e acreditação internacional de uma Universidade tem várias consequências para a economia regional, nomeadamente: atração de um corpo docente e estudantil internacional disposto a passar longas temporadas na RAA com o intuito de prosseguir estudos e/ou investigação, aproveitando o enorme potencial inexplorado dos Açores.

Se pretendemos um desenvolvimento sustentável para a região, a educação deve ser o motor e a maior aposta dos decisores políticos.

Defendemos o lançamento do debate sério sobre a reformulação do modelo de gestão do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário. Propõem-se que seja considerada a descentralização das competências de contratação do pessoal docente e não docente, reforçando assim a autonomia das próprias escolas. Consideramos que assim terão a capacidade de fazer uma gestão mais eficiente e rigorosa dos recursos humanos existentes, no sentido de estabilizar e adaptar o corpo docente no contexto do seu projeto educativo.

O ato de aprender deverá ser muito mais que adquirir um conjunto de conhecimentos, confinados ao ambiente tradicional de sala de aula. Torna-se assim urgente reinventar o pensamento em relação ao sistema educativo.

O falhanço das políticas educativas sem planeamento de médio e longo prazo coloca os Açores, uma vez mais, no fundo da tabela, uma vez que a preocupação para o Governo Regional assenta em inaugurações, em instalações de top de gama, em gastar milhões em betão mas, se formos analisar os resultados, chegamos à conclusão que não poderíamos ter os piores resultados de sempre.

A educação deve ser vista como um investimento e uma prioridade na região.

Entende-se que é necessário reinventar o pensamento em relação ao sistema educativo, promovendo e reconhecendo oficialmente a educação não formal, de acordo com as recomendações europeias. Considerando que o mercado laboral valoriza cada vez mais as competências não formais, é pertinente que as instituições de ensino superior tenham a possibilidade de terem em conta essas competências na avaliação dos candidatos, para que a média matemática não seja o critério exclusivo de acesso a este grau de ensino.

Urge facilitar o trabalho dos professores, tendo como base primordial a desburocratização do sistema educativo e o trabalho dos mesmos após o horário letivo. Não podemos defender um ensino público, privado e profissional mais forte, quando somos nós próprios a exigir cada vez mais em termos de documentação e justificação de decisões que devem ser simples e justas.

É necessária uma componente mais prática do ensino, envolvendo órgãos políticos locais e as instituições da sociedade civil, de forma a aproximar o contexto escolar da realidade local e fomentar a cooperação entre as escolas e estas organizações. Desta

forma, estará a ser formada uma geração mais consciente do interesse coletivo e mais sensibilizada para a política e a realidade social que a rodeia.

6. SOCIAL

Os dias de hoje e os hábitos das famílias da atualidade refletem a crise sem precedentes que se tem vivido no nosso País e na nossa região. Desemprego, sobre-endividamento, exclusão, toxicodependência violência doméstica, gravidez na adolescência, abandono e insucesso escolar e pobreza, têm sido apenas alguns dos graves problemas que nos temos debatido nos últimos tempos. É dever da sociedade auscultar estes problemas, com sensibilidade, empatia e respeito. E é missão dos mais novos crescer com um sentimento de inclusão que ajude quem mais precisa, adequando propostas e medidas às verdadeiras necessidades.

O contributo de todos nós é necessário para que a RAA possa, finalmente, virar-se para a senda do progresso, encurtando a diferença entre aqueles que poucos recursos têm ao seu dispor, e aqueles que possuem uma panóplia de recursos à sua mercê.

Na nossa génese, está presente que cada pessoa tem direito a usufruir do fruto do seu trabalho. Não obstante, a união de esforços é essencial para assegurar melhores condições de vida a pessoas que provêm de meios socioeconómicos desfavorecidos, e que também elas lutam por uma vida melhor.

A inclusão social não pode ser uma bandeira que se ergue quando dela se precisa. A inclusão social tem de ser uma preocupação constante, não só dos governantes, como de todos nós.

Uma região, um país, é tanto mais desenvolvido, quanto maior for a qualidade de vida dos seus habitantes.

Numa região como a nossa, onde a subsídio dependência, que por um lado deveria resolver problemas pontuais e transitórios, representa a asfixia com que os açorianos se deparam todos os dias e que não sintam, sequer, a necessidade de desenvolverem as suas capacidades ao máximo.

Isto vai contra ao empoderamento dos indivíduos e, por isso, não promove o desenvolvimento social, bem como pelo contrário, promove uma estagnação do estado social.

A recente preocupação pela problemática da toxicodependência foi motivada pelos últimos dados divulgados pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, dados do Relatório Anual 2014: a RAA apresentou uma prevalência de consumo de qualquer droga acima das médias nacionais, na população jovem e na adulta; registou, ainda, entre 2007 e 2012, um aumento dos consumos recentes de várias drogas, contrariamente ao ocorrido a nível nacional; os dados referentes ao consumo na população escolar, 3º ciclo e secundário, e as participações de casos de infeção por VIH associados à toxicodependência, colocam, igualmente, a região no cimo da tabela, com os resultados mais alarmantes.

A recomendação, recentemente aprovada, pretende a conclusão, com um prazo de um ano, de um estudo que englobe a caracterização da situação atual, com particular enfoque nos consumidores, nomeadamente, quanto a escalão etário, género, situação perante a escolaridade e o emprego, condições socioeconómicas, tipologia e padrões de consumo e área geográfica de residência, devendo incluir propostas de intervenção adequadas aos resultados do diagnóstico que vier a ser realizado.

Como em múltiplos setores, também a problemática da toxicodependência tem carecido de números que retratam, fidedignamente, o estado da região neste domínio, faltam dados aprofundados que possam conduzir a estratégias integradas à sua prevenção e combate, porque intervir numa realidade desconhecida é não saber para onde nos levarão os esforços empreendidos. E os esforços empreendidos colocaram a região líder no consumo, numa situação de autêntica calamidade, com a agravante de existir uma Direção Regional focada, unicamente, na prevenção e combate desta problemática.

O contexto açoriano é singular, adaptar programas, guias, normas orientadoras, estudos e projetos nacionais à nossa realidade, é desvalorizar a dimensão do problema.

A estratégia de prevenção não pode passar apenas por transmitir informação dos riscos e perigos das várias dependências.

Alegar que dez mil jovens foram abrangidos por programas como o Xpressa-te, (in)forma-te ou Trilhos Saudáveis; que foram feitas mil e setecentas ações direcionadas para o alerta do perigo das substâncias lícitas e ilícitas; que cinco mil crianças ocuparam o seu tempo livre nas Escolinhas do Desporto, prevenindo comportamentos de risco; não é assegurar o sucesso destas ações. E com isto dizer que o consumo e prevalência do consumo, nos Açores, são dos menores de todas as regiões, foi pura demagogia que a transparência dos dados, agora, conhecidos veio por a claro.

Este é um flagelo da juventude açoriana que urge em ser travado. É necessário cumprir as disposições prometidas, questionar os responsáveis e instigar a sociedade ao debate e participação, a formular propostas fundamentadas, ser parceira das

instituições que fazem da prevenção e combate das toxicodependências a sua luta, participar e promover iniciativas e ações de prevenção, ser promotora da igualdade de oportunidades e condutora de inserção social.

7. CONHECIMENTO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Portugal foi/é pioneiro em muitas áreas de conhecimento, como é o caso da agropecuária, medicina, biologia e engenharia. Ao longo de quase 900 anos o povo português tem tido a genialidade para alcançar grandes feitos, facto que é reconhecido mundialmente. Nos dias de hoje, esta "genialidade" tem um custo no valor de alguns milhões de euros anuais. Somos um país de grandes feitos, mas não de grande visão. Os países "ricos" não investem em ciência porque podem, investem porque precisam.

Aquando da adesão de Portugal à CEE, em 1985, uma lufada de ar fresco foi dada à ciência. Fundos Europeus dedicados à investigação e ao melhoramento das instalações de investigação surgiram, e com estes muitos centros de investigação foram criados e equipados. Existe financiamento para compra de material, mas não existe para a sua manutenção. Existe financiamento para o melhoramento de espaços, mas não existe para contratar pessoal. É precisamente este último ponto que é o mais preocupante e o mais negligenciado por parte do poder político.

Em Portugal existem mais de 10 310 bolseiros, todos estes promovem para o alavancar da ciência em Portugal e para colocar o país no mapa dos países que mais contribuem para o melhoramento do conhecimento, mas todos estes se encontram numa situação precária.

O governo investe milhares de euros na formação de pessoas que depois, simplesmente, abandona. Não aproveita nem cria condições para a manutenção da tão falada geração com a mais alta taxa de formação.

A solução deverá passar pela contratação faseada e não em bloco; as contratações deverão ser feitas em função da excelência do currículo dos candidatos e não por antiguidade; os investigadores deverão ser contratados para fazer investigação/os professores deverão ser contratados para dar aulas, e não para fazer trabalhos administrativos. A criação de um sistema científico permitirá a manutenção de

quadros altamente qualificados na região, um melhoramento do conhecimento na região e ganhos para a Universidade dos Açores.

Os Açores têm recursos naturais, uma posição geoestratégica e locais de estudo únicos no mundo (apenas para realçar as nossas fontes geotermais, as estruturas vulcânicas que ficaram da nossa histórica atividade vulcânica ou a possibilidade de estudo dos movimentos tectónicos que deveriam ter nos Açores um expoente máximo).

Nos Açores a agricultura, pecuária e pescas, a par – neste momento - com o turismo são dos sectores económicos com maior relevo. Urge potenciar na ciência e conhecimento como uma nova área económica de desenvolvimento social para os Açores.

8. PARTICIPAÇÃO E PROXIMIDADE

A JSD Açores é a maior estrutura regional da Juventude Social Democrata. Esta circunstância enche-nos a todos de muito orgulho e satisfação, mas, acima de tudo, traz uma responsabilidade acrescida a todos os nossos dirigentes regionais, de ilha e concelhio, mas também, a todos os militantes que dela fazem parte.

A construção de uma relação séria entre a JSD Açores e a juventude açoriana deve ser feita com uma política de maior proximidade, onde a responsabilidade, a capacidade de trabalho, a dedicação, a competência e a vontade de fazer mais e melhor serão o motor de toda a nossa atividade política junto da sociedade civil.

A JSD Açores não pode ficar indiferente a quem contribui para o desenvolvimento da nossa região. Há que estar presente, conhecer e acompanhar de perto a realidade em que nos inserimos e incentivar o esforço de todos para uma maior participação na vida política.

Cabe às juventudes partidárias fazer com que os políticos se aproximem mais dos jovens. O futuro da política passa pela integração dos jovens na mesma e este é um dever nosso e que não podemos abdicar dele.

A conquista da confiança dos jovens açorianos faz-se com credibilidade e a JSD Açores conseguiu ganhar essa credibilidade.

Credibilidade é também incentivar a representatividade e participação da juventude no movimento associativo, em Conselho Municipais de Juventude e em autarquias. É despertar os jovens a participarem ativamente nas suas comunidades e a fazerem-se representar nos diversos órgãos socias.

O principal objetivo da JSD Açores deve passar pela defesa dos interesses da juventude açoriana, na qual se revejam e se sintam cada vez mais representados. O nosso compromisso é sermos reconhecidos na nossa região, não só como uma juventude partidária credível, mas também como um parceiro para trabalhar em prol do desenvolvimento dos Açores.

Numa sociedade cada vez mais global, onde a informação circula a uma velocidade estonteante, é fundamental comunicar de forma correta e eficaz. Pretende-se mediatizar a JSD Açores, conferindo às suas propostas maior notoriedade e impacto na sociedade. Pretendemos debater, juntamente com instituições de juventude os desafios que enfrentam, para que possamos apresentar as melhores propostas para o seu desenvolvimento.

Só próximos da sociedade civil, e em sintonia com os anseios da juventude, poderemos conquistar e regenerar a confiança dos jovens nas juventudes partidárias.

As pessoas entram e saem, mas as instituições perduram.

9. JSD AÇORES ENQUANTO ESTRUTURA

A JSD Açores é sinónimo de dinâmica e de atividade. A dinâmica traduz-se em duas vertentes: a colaboração com as estruturas de ilhas e concelhias e a sua própria agenda na política regional de juventude e nas suas atividades.

O contacto com as estruturas do partido é também fundamental para um melhor exercício do nosso mandato, visto recolher muitas ideias e propostas sobre problemas concretos com que cada um se defronta, mas também sobre a análise que os militantes fazem da presente situação política.

A interação e colaboração entre a estrutura regional da JSD Açores com as estruturas de ilhas e concelhias, nos moldes habituais, não são suficientes. Deve ser fomentada uma relação de proximidade e de parceria. Os órgãos regionais devem ter a

capacidade de, para além de acompanhar e apoiar a atividade local, conseguir também estimular e incentivar o trabalho de cada uma das estruturas. É preciso continuar com o esforço de promover e apoiar a reativação das estruturas locais atualmente inexistentes, incentivando a adesão de jovens à Juventude Social Democrata.

Em termos internos, é necessário a criação de mecanismos de fácil utilização para uma melhor gestão, tanto de apoios, como de atividades. Para isto, propomos a criação de uma secretaria geral virtual, onde todos aqueles com responsabilidades, possam exercer o seu trabalho de forma simples e dedicada.

Os jovens alienaram-se dos centros de decisão deixando isso para os outros em vez de procurarem a sua oportunidade na sociedade.

Para que tenhamos um trabalho devidamente estruturado e organizado é fundamental criar gabinetes de proximidade, por exemplo, um para o ensino secundário e outro para o ensino superior, sob alçada da Comissão Política Regional, eficientes e capazes de produzir propostas com base no estudo, tendo sempre em atenção os anseios de todos os açorianos e, em especial, da juventude.

Com uma estrutura rejuvenescida, a formação de jovens quadro da JSD Açores será uma prioridade. Para construir desígnios políticos, é necessário ter um conhecimento profundo do nosso partido e da nossa origem, mas é de igual forma importante, que os jovens açorianos tenham a oportunidade de debater temas que lhes sejam interessantes e úteis. A Universidade de Verão do PSD e da JSD Açores é já uma marca da nossa juventude partidária. Dar continuidade a este projeto é nosso objetivo.

As eleições autárquicas deste ano revelam-se como uma oportunidade para o PSD renovar, e ganhar outros, os seus quadros, incluindo jovens social-democratas capazes, competentes e, acima de tudo, com formação nas questões práticas, inerentes ao desempenho das mais variadas, e honrosas, funções no poder local.

Esta é a essência da JSD e do PSD que tem de ser levada cada vez mais longe, que tem de ser dignificada a cada dia, que tem de ser mantida, independentemente daqueles que por estas instituições passarem.

Não basta achar que se merece a oportunidade. É preciso trabalhar por ela e agarrá-la com dedicação, empenho e, acima de tudo, responsabilidade.

JSD
Açores